

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

2016



Pré-sal
Petróleo



Pré-sal
Petróleo

Foto Capa

Felipe Kateb Botelho / Agência Petrobras

Foto Abertura

Steferson Faria / Agência Petrobras

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016



SUMÁRIO

01

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

PÁGINA 6

02

A COMPANHIA

Nova Diretoria Executiva

Organização Interna

Gestão de Pessoas

PÁGINA 10



03

CONTEXTO OPERACIONAL

Gestão do Contrato de
Libra

Acordos de
Individualização da
Produção

Comercialização de
Petróleo e Gás Natural

PÁGINA 16

04

ATIVIDADES DE GESTÃO CORPORATIVA

Governança Corporativa

Principais Deliberações do
Conselho de Administração

Participações Externas

PÁGINA 30

05

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

PÁGINA 38



01

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA



Foto: Divulgação / Pré-sal Petróleo

Caros,

Temos a satisfação de apresentar, segundo as disposições da Lei e do Estatuto Social da Empresa, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Pré-sal Petróleo, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. As Demonstrações Contábeis de 2016 são comparadas com as de 2015, e estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e das manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Tendo completado o seu terceiro ano de existência, a Pré-sal Petróleo continua a consolidar sua atuação como braço da União na gestão e controle das atividades desenvolvidas no pré-sal brasileiro.

No ano de 2016, a Pré-sal Petróleo continuou a envidar esforços no cumprimento de sua finalidade estabelecida em Lei para gerir o contrato de partilha da produção de Libra, conduzir as negociações dos acordos de individualização da produção (AIPs) em áreas não contratadas no Polígono do Pré-sal e estruturar a área de comercialização de petróleo.

A revisão do cronograma do Projeto Libra prevê o início do primeiro Teste de Longa Duração (TLD) para 2017 e a implantação do projeto piloto para o segundo semestre de 2020. O desenvolvimento pleno da jazida tem previsão de ocorrer entre 2021 e 2030.

A empresa está envolvida na negociação de 12 acordos de individualização da produção, em diferentes estágios de maturação, da assinatura do acordo de confidencialidade até a negociação dos documentos acessórios ao AIP. No início do ano, foi submetido à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o AIP celebrado com a Petrobras, operador do Campo de Sapinhoá, cujo objeto é a extensão de jazida do campo para área não contratada. Com este, já são quatro os AIPs submetidos à ANP.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em 14 de dezembro de 2016, a resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União. Esta resolução define a política de comercialização com diretrizes gerais e de caráter transitório que permitirá à União comercializar os hidrocarbonetos aos quais faz jus, enquanto se elabora o modelo de longo prazo, que levará em conta as questões operacionais e estratégicas para o interesse nacional. No instrumento regulatório se definem as diretrizes gerais da comercialização. A companhia colaborou de forma significativa na realização dos trabalhos. A definição desta política irá viabilizar a comercialização do petróleo produzido em Libra e das jazidas associadas aos acordos de individualização da produção já assinados e submetidos à aprovação da ANP.

Durante o exercício findo, a remuneração da Pré-sal Petróleo pela execução dos serviços prestados à Administração, objeto do Contrato de Remuneração assinado com o Ministério de Minas e Energia, foi a única fonte de receitas operacionais da empresa, complementada pelo aporte de R\$ 3 milhões como subscrição do capital pelo Acionista.

A nova diretoria executiva da empresa foi empossada em 16 de novembro de 2016, logo após a posse dos novos membros do Conselho de Administração.

A nova diretoria liderou a revisão do Termo de Gestão, dando-lhe o formato de Plano Estratégico e conformando-o com as disposições da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016. Esse Plano, que cobre o triênio 2017-2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2016.

No ano de 2016, as receitas operacionais da empresa resultaram na apuração de um lucro líquido em suas operações de R\$ 5,7 milhões, que corresponde a uma margem de 15% da receita operacional líquida. A Pré-sal Petróleo faturou mensalmente, em média, R\$ 4,5 milhões pela gestão dos contratos e acumulou R\$ 1,5 milhões em receitas financeiras, encerrando o exercício com R\$ 33,2 milhões em caixa, já incluído o referido aporte de capital de R\$ 3 milhões no final do segundo semestre.

O corpo gerencial da empresa encerrou o ano com duas posições vagas em virtude de terem sido seus ocupantes levados a cargos de diretor.

A atual administração da companhia inicia seu mandato sob a vigência da nova legislação aplicada às empresas públicas, a qual reafirma e aprofunda os princípios da boa governança e da transparência na gestão. Essa circunstância coincide com a intenção de dotar a Pré-sal Petróleo de instrumentos adequados e de procedimentos formais que permitam a racionalização da sua atuação e a perpetuação da boa gestão.

O ESFORÇO DISPENDIDO EM FORMAR A BASE DE COMPETÊNCIA TÉCNICA E AS ESTRUTURAS INICIAIS DA EMPRESA DEVE SER RECONHECIDO, AO MESMO TEMPO EM QUE SE BUSQUE A OTIMIZAÇÃO DA ATUAÇÃO CORPORATIVA DE FORMA A SEDIMENTAR UMA COMPANHIA QUE JUNTE DESEMPENHO, SOLIDEZ, CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E OUSADIA NO ATINGIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS, DENTRO DOS MELHORES PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA.

A administração da Pré-sal Petróleo credita aos colaboradores os resultados alcançados em 2016 que mantêm a companhia fiel ao seu propósito de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

Para 2017, são muitos os projetos a serem materializados: 1) a implantação do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP), que afere os custos e os investimentos feitos pelo consórcio em um contrato de partilha de produção; 2) a adequação da infraestrutura física do escritório com vistas ao aumento da equipe de trabalho; 3) a contratação de recursos tecnológicos (*hardware* e *software*) para a realização dos trabalhos de geologia, geofísica e engenharia; 4) a contratação de empregados temporários; e 5) a preparação da empresa para assumir novos projetos oriundos de Acordos de Individualização da Produção e também de contratos de partilha. Tudo isso ancorado no Plano Estratégico 2017-2019 da Pré-sal Petróleo, que busca o aprimoramento da governança corporativa e da conformidade dos processos.

A Pré-sal Petróleo renova seu compromisso com o acionista União Federal e demais partes relacionadas de manter uma atuação transparente e ética, e reafirma sua disposição de realizar a missão que a lei lhe confere, contribuindo no sentido de tornar a riqueza do pré-sal brasileiro fator de desenvolvimento e de inclusão social.

Ibsen Flores Lima

Diretor-presidente

02

A COMPANHIA



Foto: Agência Petrobras

A Pré-sal Petróleo S.A. – PPSA teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, deu forma à Empresa, aprovando o seu Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição.

NOVA DIRETORIA EXECUTIVA

As nomeações dos novos diretores da Pré-sal Petróleo para o triênio 2016-2019 foram publicadas em 16/11/2016 no Diário Oficial da União. Os novos diretores, indicados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), têm sólida formação acadêmica, além de grande e diversificada experiência na indústria de petróleo e gás no Brasil e no exterior, sendo dois deles já integrantes da administração da Pré-sal Petróleo.

Para Diretor-presidente, foi nomeado o engenheiro Ibsen Flores Lima; para o cargo de Diretor de Gestão de Contratos, foi nomeado o geólogo Hercules Tadeu Ferreira da Silva; para o cargo de Diretor Técnico e de Fiscalização, foi nomeado o engenheiro Paulo Moreira de Carvalho; e para o cargo de Diretor de Administração, Controle e Finanças, foi nomeado o engenheiro Leandro Leme Junior.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

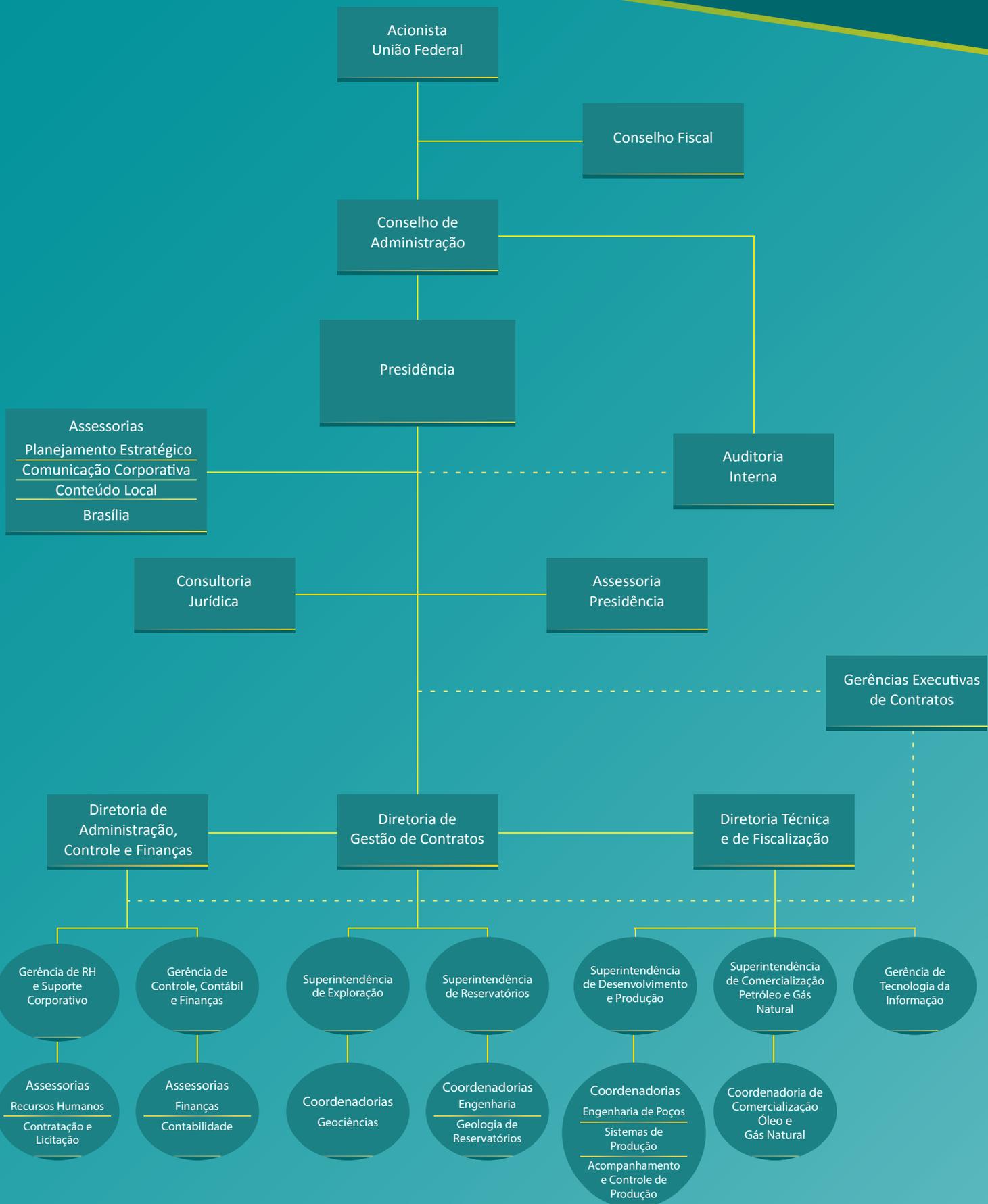
A Pré-sal Petróleo tem por objeto a gestão dos contratos de partilha da produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União e a representação da União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, conforme o marco legal de partilha da produção.

Os recursos com os quais a empresa conta são basicamente originados da gestão e representação mencionadas, e encontram-se regulados no Contrato de Remuneração celebrado com a União, representada pelo MME, em 30 de novembro de 2015.

Por decisão do CNPE, em cumprimento da provisão legal, a cada leilão de área no Polígono do Pré-sal, a companhia poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento deverá caber a quem estiver recebendo o direito de atuar na área.

A estrutura organizacional aprovada para a Pré-sal Petróleo é enxuta por excelência e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos estabelecidos na lei, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos.

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL APROVADA PARA A PRÉ-SAL PETRÓLEO É ENXUTA POR EXCELÊNCIA E COMBINA A CLÁSSICA ESTRUTURA FUNCIONAL VERTICAL COM A ESTRUTURA HORIZONTAL POR PROJETOS.



GESTÃO DE PESSOAS

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Estatuto Social da Pré-sal Petróleo, aprovado pelo Decreto nº 8.063/2013, a empresa terá até 150 empregados efetivos, além de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010.

A contratação de pessoal efetivo está condicionada à aprovação em Processo Seletivo Público de provas ou de provas e títulos.

Em 31/12/2016, o efetivo de pessoal era composto por 28 funções gratificadas de livre provimento, ocupadas por profissionais com experiência comprovada na indústria do petróleo e formação educacional aprimorada, em nível de especialização (17 empregados), mestrado (oito empregados) e doutorado (três empregados, que também estão incluídos



dentre aqueles com mestrado). Esses empregados têm como característica básica serem capazes de movimentar uma estrutura organizacional enxuta.

O Plano de Cargos e Salários foi aprovado pela Diretoria Executiva em novembro de 2016 e será objeto de deliberação do Conselho de Administração da Companhia com encaminhamento subsequente à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão integrante do Ministério do Planejamento (MP), visando a realização do primeiro processo seletivo público para empregados permanentes.

Ainda de acordo com o seu planejamento de recursos humanos, a Pré-sal Petróleo espera contar com a contratação de 15 profissionais a título de mão de obra temporária, para alocação em serviços e atividades de caráter transitório, conforme faculdade prevista no artigo 15 da Lei nº 12.304/2010, e aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, por meio da Portaria nº 3, de 23/02/2016.

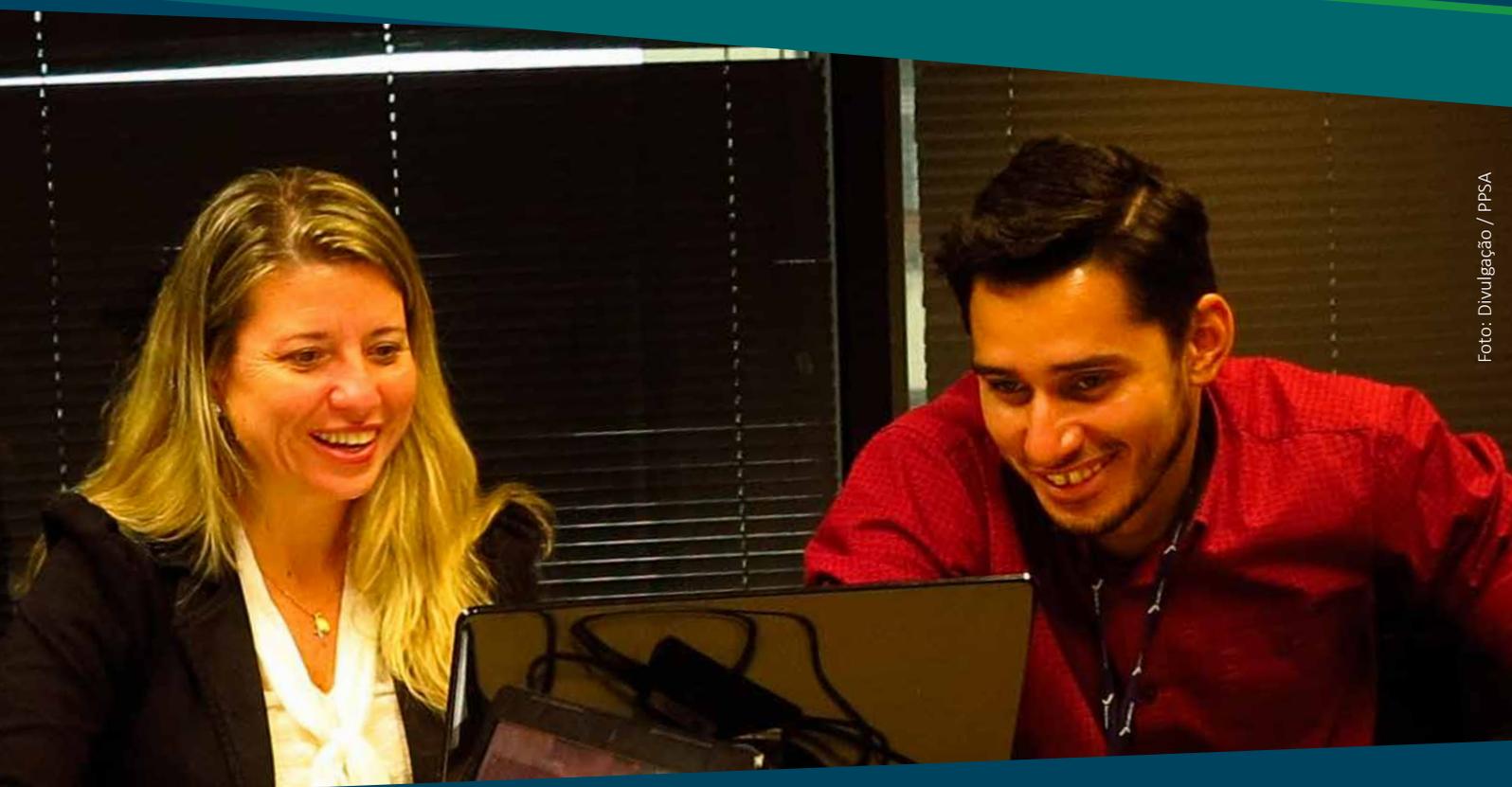
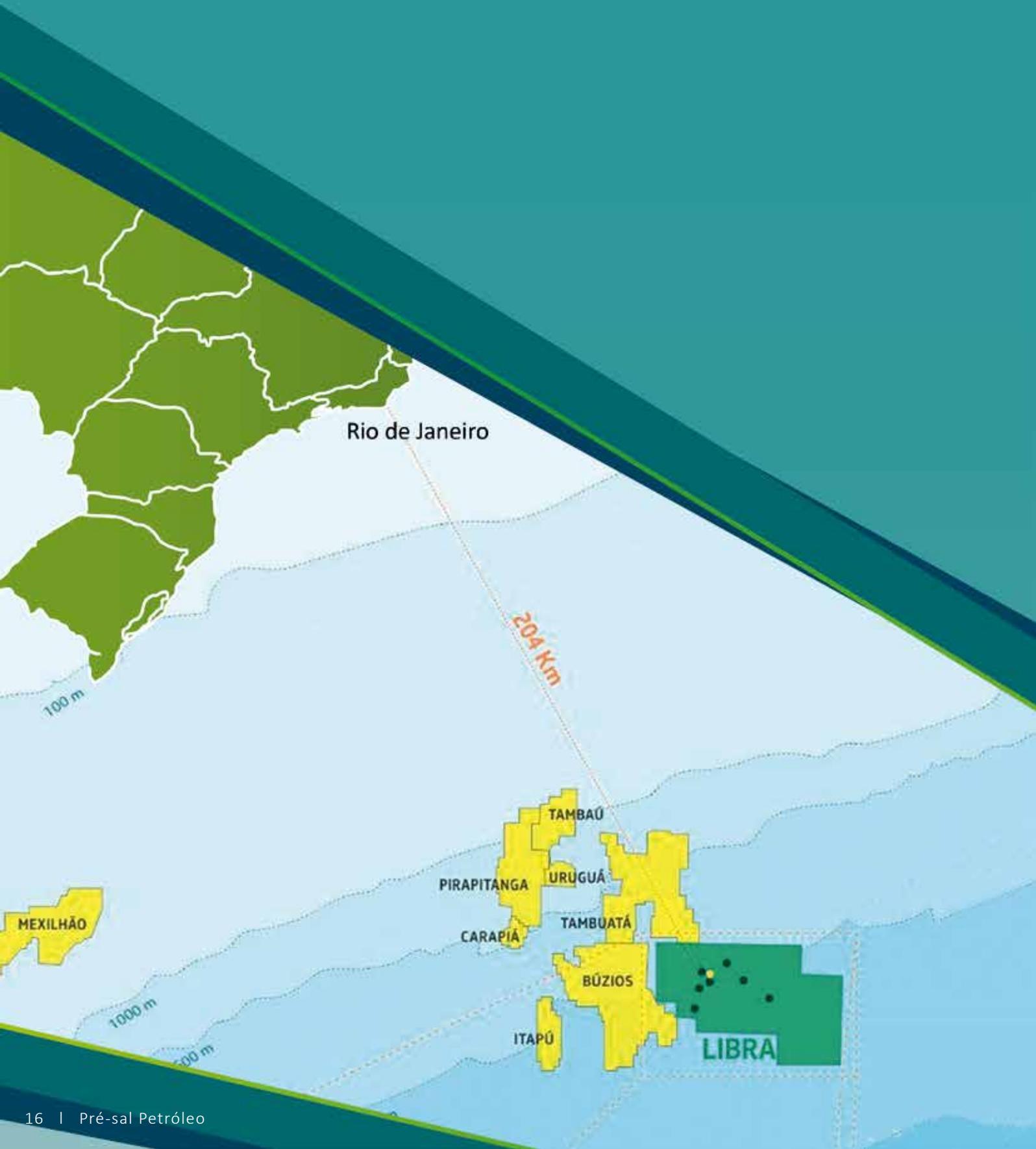


Foto: Divulgação / PPSA

03

CONTEXTO OPERACIONAL



GESTÃO DO CONTRATO DE LIBRA

O contrato tem a duração de 35 anos, a contar da data de sua assinatura em 02/12/2013, cobrindo uma área de concessão de aproximadamente 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras. O bônus de assinatura foi de R\$ 15 bilhões e a expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração, e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

Como representante da União, a Pré-sal cumpre papel crucial e decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e exploração do prospecto de Libra. A estratégia atual compreende duas fases:

2014

2020

Primeira fase

A primeira fase, de aquisição de dados e informações (2014-2020), envolvendo aquisição e reprocessamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) e sistemas de produção antecipada, complementados por um sistema piloto de produção.

2021

2030

Segunda fase

A segunda fase, de desenvolvimento definitivo (2021-2030), com a instalação de até dez UEPs (Unidades Estacionárias de Produção) que podem ser do tipo FPSO (*Floating Production, Storage and Offloading*) ou outros tipos de unidades de produção que venham a ser disponibilizadas no mercado.

No ano de 2016, as principais atividades relativas ao Projeto Libra que contaram com a participação da Pré-sal Petróleo foram:

Aprovação da Revisão nº 1 do Plano de Trabalho e Orçamento para 2016;

Aprovação da Revisão nº 1 do Plano Exploratório de Libra;

Aprovação da contratação de equipamentos e serviços para a fase exploratória e para o Teste de Longa Duração (TLD);

Dado andamento ao processo de licitação do FPSO para o projeto piloto de Libra 1;

Solicitação ao Operador de Libra a elaboração do Plano de Aquisições do projeto e do Plano Estratégico de Conteúdo Local;

Aprovação da contratação de cinco projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, junto a empresas especializadas e universidades;

Continuidade das atividades do Comitê Operacional, do Comitê Estratégico de Conteúdo Local e dos Subcomitês Técnico, Financeiro, de Escoamento do Óleo Produzido, de Conteúdo Local, de Alternativas de Uso do Gás Natural, de SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e de Desenvolvimento Tecnológico. Cada um destes comitês é composto por representantes de todos os consorciados de Libra, com participação ativa da Pré-sal Petróleo;

Discussão de alterações no Regimento Interno do Comitê Operacional de forma a permitir a aprovação de despesas relativas a serviços especiais do Operador, que culminaram com a inclusão do Anexo II ao referido Regimento.



ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS

Cabe mencionar também a participação da Pré-sal Petróleo no acompanhamento das atividades exploratórias do primeiro semestre de 2016, entre as quais destacamos:

Conclusão da perfuração dos poços 3-RJS-742A (L3-NW2), no compartimento noroeste de Libra, portador de hidrocarbonetos em fácies carbonáticas de alta permoporosidade e espessura permeável saturada com óleo da ordem de 400 m, e 3-RJS-741 (L5-NW5), na porção mais setentrional do compartimento noroeste da estrutura, com excelentes características permoporosas.

Perfuração do poço 3-RJS-743A (NW4), na porção norte do compartimento noroeste.

Dada sequência à construção da Unidade de Produção (FPSO) que será instalada para execução do TLD.

Com relação à segunda fase de desenvolvimento definitivo, a Pré-sal Petróleo participou das etapas, ainda em andamento, de contratação da unidade de produção (FPSO) para Libra 1. Foram também iniciados os estudos e discussões junto aos consorciados sobre a segunda unidade de produção (Libra 2).

Para o reconhecimento dos custos já incorridos no projeto, foram recebidas neste exercício e estão em processamento 11 remessas de registros contábeis, totalizando 29.180 itens.

NAVIO-PLATAFORMA PIONEIRO DE LIBRA / TESTE DE LONGA DURAÇÃO

Principais características:

COMPRIMENTO TOTAL: 315,12 M

BOCA: 50,50 M

ALOJAMENTO: 100 PESSOAS

CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO
DA PRODUÇÃO DE ÓLEO:
8.000 M³/D (50.318 BBL/D)

CAPACIDADE DE COMPRESSÃO
DE GÁS: 4.000.000 NM³/D

CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE
PETRÓLEO: 120.013 M³ (792.598 BBL)



ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (AIPS)

Entre outras atividades realizadas ao longo do ano de 2016, vale citar a elaboração do relatório intitulado “Jazidas Unitizáveis dentro do Polígono do Pré-Sal e a Licitação prevista pelo CNPE para 2017”. Este trabalho, enviado ao MME e à ANP, teve como objetivo analisar todas as áreas unitizáveis e passíveis de unitização que não deveriam ser indicadas para a rodada de licitação de contratos de partilha aprovada pelo CNPE no final de 2016. Também em relação a esse tema, a Pré-sal Petróleo cooperou de forma ativa no segundo semestre de 2016 com a ANP no esforço de seleção de áreas que vieram a ser incluídas na 2ª Rodada de Licitações de Contrato de Partilha. Esta cooperação se deu na forma de compartilhamento de notas técnicas com a Agência, apresentações feitas e reuniões para esclarecimentos gerais.

A empresa teve participação inicial na discussão com a Petrobras sobre uma possível unitização na descoberta feita no pré-sal de Albacora. Esta descoberta, nominada informalmente de Forno, deve ser melhor avaliada conjuntamente com o operador a partir de um Plano de Avaliação de Descoberta (PAD). Este trabalho ocorreu no último trimestre do ano.

Ao final de dezembro de 2016, a produção diária de petróleo do quinhão da União atingiu a média de 15.218 barris. Essa produção é oriunda das jazidas compartilhadas de Tartaruga Mestiça, Lula, Sapinhoá e Argonauta-Nautilus. A produção acumulada de petróleo do quinhão da União, oriunda dessas quatro jazidas, somou ao final de 2016 um volume da ordem de 11.640.000 barris.

Outras atividades ocorridas na negociação e acompanhamento dos Acordos de Individualização da Produção ao longo do ano de 2016 são enumeradas a seguir.





JAZIDA COMPARTILHADA DE TARTARUGA MESTIÇA

(CAMPO DE TARTARUGA VERDE)

Bacia de Campos, Bloco BM-C-36, operador Petrobras:

O Acordo de Individualização da Produção (AIP) foi assinado em 31/10/2014. A fração da União na jazida compartilhada é de 30,65%;

A ANP aprovou, em fevereiro de 2015, a perfuração de um poço de produção na área não contratada, ou seja, na porção da União da futura jazida individualizada;

No primeiro semestre de 2015, a ANP aprovou o Sistema de Produção Antecipada (SPA) no poço 9-RJS-710. A produção teve início no dia 10/11/2015, com uma média de 13,5 mil barris de óleo por dia;

A Pré-sal Petróleo vem acompanhando os estudos de reservatório com a atualização dos modelos estático e dinâmico, monitorando diariamente os dados de produção e de perfuração e, mensalmente, a construção do FPSO que será instalado no campo. Os seguintes pontos podem ser destacados:

- ▶ A produção acumulada de petróleo da fração da União no SPA em 31/12/2016 foi de cerca de 1,8 milhão de barris de petróleo. O gás é queimado;
- ▶ A revisão do Plano de Desenvolvimento com a solicitação à ANP da extensão do prazo do Sistema de Produção Antecipada;
- ▶ Ao longo do segundo semestre de 2016 foram iniciadas as discussões relativas ao processo de redeterminação da jazida compartilhada, conforme previsto no Acordo de Individualização da Produção, submetido à ANP;
- ▶ Foram iniciadas também no segundo semestre as discussões relativas ao Acordo de Compartilhamento de Unidade de Produção com vistas ao início da produção de petróleo da jazida compartilhada;
- ▶ Feito o monitoramento da construção do FPSO Campos dos Goytacazes com previsão de entrega no terceiro trimestre de 2017.

A Pré-sal Petróleo promoveu conversas com a Petrobras acerca dos documentos acessórios ao AIP, incluindo o Contrato de Consórcio, o Acordo de Operação Conjunta da Área individualizada, o Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) e o Acordo de Compartilhamento de Unidade de Produção.





JAZIDA COMPARTILHADA DE LULA/SUL DE LULA

(CAMPOS DE LULA E SUL DE LULA)

Bacia de Santos, operador Petrobras (65%), com os sócios Shell (25%) e Petrogal (10%). A fração da União na jazida compartilhada é de 0,551%.

As negociações deste AIP se iniciaram em julho de 2014 e o AIP foi submetido à ANP em 25/08/2015;

Lula é o principal produtor de petróleo e gás natural dos reservatórios do pré-sal. A produção acumulada de petróleo da fração da União totalizou, em dezembro de 2016, cerca de 1,77 milhão de barris;

As atividades da Pré-sal Petróleo no ano de 2016 se concentraram na análise da revisão feita pela Petrobras no Plano de Desenvolvimento.



JAZIDA COMPARTILHADA DE SAPINHOÁ

(CAMPO DE SAPINHOÁ)

Bacia de Santos, operador Petrobras (45%), com os sócios Shell (30%) e Repsol-Sinopec (25%). A fração da União na jazida compartilhada é de 3,7%.

As negociações deste AIP se iniciaram em setembro de 2014 e o AIP foi submetido à ANP em 31/01/2016;

As atividades da empresa neste exercício incluíram também a elaboração dos documentos acessórios ao AIP;

O Campo de Sapinhoá é um importante produtor de petróleo e gás natural. A produção acumulada de petróleo da fração da União totalizou, em dezembro de 2016, cerca de 7,2 milhões de barris;

As atividades da empresa no ano de 2016 se concentraram no acompanhamento da produção da jazida.



JAZIDA COMPARTILHADA DE NAUTILUS

(CAMPO DE ARGONAUTA)

Bacia de Campos, operador Shell (50%), com os sócios ONGC (27%) e QPI (23%). A fração da União na jazida compartilhada é de 7,6%.

Essa jazida faz parte de um conjunto de acumulações denominado Parque das Conchas. As negociações deste AIP se iniciaram em dezembro de 2014 e o Acordo foi submetido à ANP em 16/11/2015;

Existem dois poços produtores na jazida compartilhada. A produção acumulada de petróleo da fração da União, ao final de outubro de 2016, era da ordem de 27 mil barris;

As atividades da Pré-sal Petróleo neste ano se concentraram na discussão com o operador sobre o baixo desempenho dos poços produtores. Também se atuou na revisão de algumas cláusulas do AIP, seguindo a recomendação da ANP. Além disso, a empresa se dedicou também à elaboração dos documentos acessórios ao AIP e à minuta do Contrato de Consórcio, esta em análise pela Shell e os sócios.



PRÉ-AIP DO PAD DO POÇO 2-ANP-2A-RJS - LIBRA

Bacia de Santos, operador Petrobras (40%), com os sócios Shell (20%), Total (20%), CNOOC (10%) e CNDC (10%), em regime de partilha.

Em 23/10/2014, o operador notificou à ANP a possível extensão da jazida para fora dos limites do bloco contratado pelo Contrato de Partilha de Produção de Libra;

No segundo semestre de 2016 foi realizado mapeamento estrutural dos topos dos reservatórios de Libra. Trabalha-se na construção do modelo geológico do reservatório (modelo estático). Este trabalho também foi estendido para a área do Pré-AIP;

Em 05/08/2015, foi assinado pela Pré-sal Petróleo o Acordo de Confidencialidade com vistas à formalização de um Pré-AIP, ainda não finalizado;

O Pré-AIP de Libra foi aprovado pela Diretoria Executiva da Pré-sal Petróleo. O documento foi submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da empresa ao final de outubro de 2016, e submetido pela Petrobras à ANP em 27/12/2016.



PRÉ-AIP DA DESCOBERTA DO PROSPECTO GATO DO MATO

Bacia de Santos, operador Shell (80%), com a sócia Total (20%).

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 21/03/2014;

O contrato dessa área (BM-S-52) se encontra suspenso por solicitação do operador;

Por solicitação da Pré-sal Petróleo, a Shell fez uma apresentação no final de julho de 2016 sobre o estado atual do projeto e as perspectivas de retomada das atividades na área, uma vez que ela poderá ter novo contratante a partir da 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.



PRÉ-AIP DA DESCOBERTA DO PROSPECTO EPITONIUM

Bacia de Santos, operador Shell (80%), com a sócia Total (20%).

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 10/12/2014;

O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador;

Por solicitação da Pré-sal Petróleo, a Shell fez uma apresentação ao final de julho de 2016 sobre o estado atual do projeto de Epitonium, que é um apêndice de Gato do Mato. A área não contratada de Gato do Mato foi confirmada como parte da 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.





PRÉ-AIP DA DESCOBERTA DO PROSPECTO CARCARÁ

Bacia de Santos, operador Statoil (66%), com as sócias Petrogal (14%), QGEP (10%) e Barra Energia (10%).

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 11/09/2014;

Concluída, no final de julho de 2016, a avaliação dos recursos petrolíferos da jazida compartilhada de Carcará. Esse trabalho, realizado pela Pré-sal Petróleo, foi produto de várias reuniões técnicas com a Petrobras (antigo operador) e sócios;

Trata-se de área exploratória de grande relevância, incluída na 2ª Rodada de Licitações de Contratos de Partilha.



ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXARÉU

Bacia de Campos, operador Petrobras.

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 21/07/2015;

Ocorreram reuniões com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios. A Pré-sal Petróleo concluiu preliminarmente que se trata de jazida de baixa economicidade;

A Petrobras encaminhou pedido à ANP em agosto de 2016, solicitando suspensão do contrato. A agência reguladora autorizou a suspensão em outubro de 2016.





ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE PIRAMBU

Bacia de Campos, operador Petrobras.

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 20/08/2015;

Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios.



CAMPO DE SUL DE SAPINHOÁ

Bacia de Santos, operador Petrobras.

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 09/07/2015;

De acordo com o operador, esta área deve ser devolvida à ANP pela baixa atratividade.



CAMPO DE BALEIA AZUL

Bacia de Campos, operador Petrobras.

Assinado Acordo de Confidencialidade entre a Pré-sal Petróleo e o operador em 06/06/2016;

A Pré-sal Petróleo deve dar grande ênfase a este projeto no primeiro semestre de 2017.

Além dos acordos enumerados, estão previstas futuras atividades de avaliação de jazidas ou descobertas sob regime de concessão que potencialmente se estendam para áreas não concedidas ou não contratadas dentro do Polígono do Pré-sal, com destaque para os campos de Atapu, Sururu e Berbigão, Búzios, Sépia juntamente com o prospecto de Júpiter, e os prospectos dos blocos BM-S-24, BM-C-34 e BM-C-32 (Itaipu, Entorno de Jubarte).

COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem como atribuição legal elaborar e propor ao Presidente da República uma política de comercialização do petróleo e gás natural. De forma a atender ao dispositivo legal, o Ministério das Minas e Energia (MME) instituiu um Grupo de Trabalho (GT) com aquela finalidade, pela portaria MME 453/2015, de 24 de setembro de 2015. A Pré-sal Petróleo foi indicada a participar do GT coordenado pelo próprio MME com a participação também da ANP. Foi estabelecido o delineamento da proposta de diretrizes, apresentando diversos modelos para a comercialização de petróleo, embasados em estudos internos e de consultorias especializadas, focados em aspectos comerciais, jurídicos e tributários dos modelos em análise. O CNPE aprovou em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016 a Resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União.

A Resolução aprovada pelo CNPE contempla uma política de comercialização com diretrizes gerais e de caráter transitório, com vigência de até 36 meses, que permitirá à Pré-sal Petróleo a comercialização dos hidrocarbonetos pertencentes à União. Ao mesmo tempo, possibilitará a aquisição da experiência fundamental para a construção de um modelo de longo prazo, que levará em conta não só as questões operacionais como também estratégicas para o interesse nacional.

A Resolução traz, nos “considerandos” de sua nota técnica, a necessidade de definição em lei da receita advinda da comercialização, ação que será de responsabilidade do MME. Define também as diretrizes gerais da comercialização, como a maximização do resultado econômico, e a prioridade ao abastecimento nacional no caso do gás natural. A comercialização será preferencialmente em cargas combinadas e será buscada a minimização dos riscos da União. O instrumento normativo também estipula que os depósitos das receitas serão feitos à conta única do Tesouro Nacional e define os direitos e obrigações da Pré-sal Petróleo, com mecanismos de prestação de contas da atividade. Foi também decidido que sejam realizados, sempre que possível, leilões de curto prazo para a venda do gás natural no mercado nacional pelo agente comercializador, a ser contratado pela Pré-sal Petróleo.



Foto: Simon Townsley / Agência Petrobras

A política de comercialização foi submetida pelo CNPE à chancela da Presidência da República.

A definição da política é indispensável para permitir que a Pré-sal Petróleo possa efetuar a contratação de um agente de comercialização. Este contrato permitirá a comercialização da produção de petróleo e gás natural da União, cujo início se dará com a operação do FPSO Pioneiro de Libra em um teste de longa duração e a efetivação dos Acordos de Individualização da Produção já assinados e submetidos à aprovação da ANP para as jazidas compartilhadas dos campos de Lula, Sapinhoá, Tartaruga e Nautilus.

Em abril de 2016, iniciou-se a negociação para a elaboração dos termos do acordo de disponibilização da produção para Libra, coordenada pelo operador e com participação de todos os consorciados. É um documento de caráter operacional, que visa regular as operações de carregamento de petróleo (*lifting agreement*), com estabelecimento das regras que nortearão as operações, com direitos e deveres de cada participante.

Em agosto, foram iniciados os trabalhos da construção do Sistema de Gestão da Pré-sal Petróleo, que incluem a modelagem dos processos do SGPP (Sistema de Gestão de Partilha de Produção), as atividades relacionadas aos Acordos de Individualização da Produção e as atividades de comercialização de óleo e gás natural. Este projeto se divide em seis fases, e se encontra atualmente no estágio final na fase 2 (mapeamento dos processos), na etapa de validação, pela equipe técnica da Pré-sal Petróleo, dos fluxogramas dos macroprocessos identificados.



04

GESTÃO CORPORATIVA



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o advento da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) - que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (nacional ou estrangeira), atos de corrupção, fraude a licitação e contratos administrativos, entre outros, são considerados atos ilícitos, configurando a responsabilidade objetiva de acionistas, administradores, gerentes, independente de prova de culpa.

Em 14/01/2016, a Diretoria Executiva aprovou a criação do Comitê de Governança e Conformidade (CGC), com subordinação funcional ao Diretor-presidente. O CGC tem regimento interno próprio, é composto por quatro empregados da companhia, representando cada uma das diretorias, e assessorado pela consultoria jurídica e auditoria interna, atuando sob a coordenação de empregado ocupante de função gerencial, com experiência em auditoria, controles internos, governança corporativa e prática anticorrupção. O Comitê funcionou regularmente ao longo deste ano tendo realizado 19 reuniões e elaborado o Código de Ética e Conduta da Pré-sal Petróleo.

No primeiro semestre de 2016, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) disponibilizou uma série de resoluções e normativas que visam diversos aspectos do Estatuto Social, da governança, da transparência, integridade, controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito das empresas estatais do Poder Executivo federal. Entre os dispositivos trazidos, foi reforçada a responsabilização dos administradores (*accountability*), com a adoção de um conjunto de procedimentos que evidenciam a responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

Como forte demonstração do compromisso com a governança, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, em 30/06/2016, a Lei nº 13.303/16 (Lei de Responsabilidade das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consolidando de forma mais abrangente o que vinha sendo abordado por resoluções e instruções normativas, dedicando o Título I a regras de governança, transparência, integridade e controles internos aplicáveis às empresas públicas.

O segundo semestre de 2016 foi marcado pela edição do Decreto nº 8.945/16, em 27/12/2016, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16, trazendo definições sobre os requisitos mínimos a serem observados pelas empresas públicas, no tocante a governança, transparência, integridade e controles internos.

À vista disso, a demanda pela criação de uma área de governança (*compliance*) com atuação independente, gerindo riscos, conformidade e controles internos aumentou substancialmente. Isso se justifica, pois os programas de integridade são considerados atenuantes nos casos de sanções administrativas ou encaminhamentos judiciais derivados de atos de gestão tipificados na Lei.

Diante deste quadro de aprimoramento da governança nas estatais, a nova diretoria executiva, empossada em 16/11/2017, aprovou o Código de Ética e Conduta e iniciou a elaboração do Planejamento Estratégico 2017 - 2019, identificando como uma de suas iniciativas estratégicas a implantação do seu programa de integridade. A administração elaborou um plano de avaliação dos impactos e consolidou todas as novas exigências legais de forma a efetuar, dentro dos prazos legais, todos os ajustes necessários.



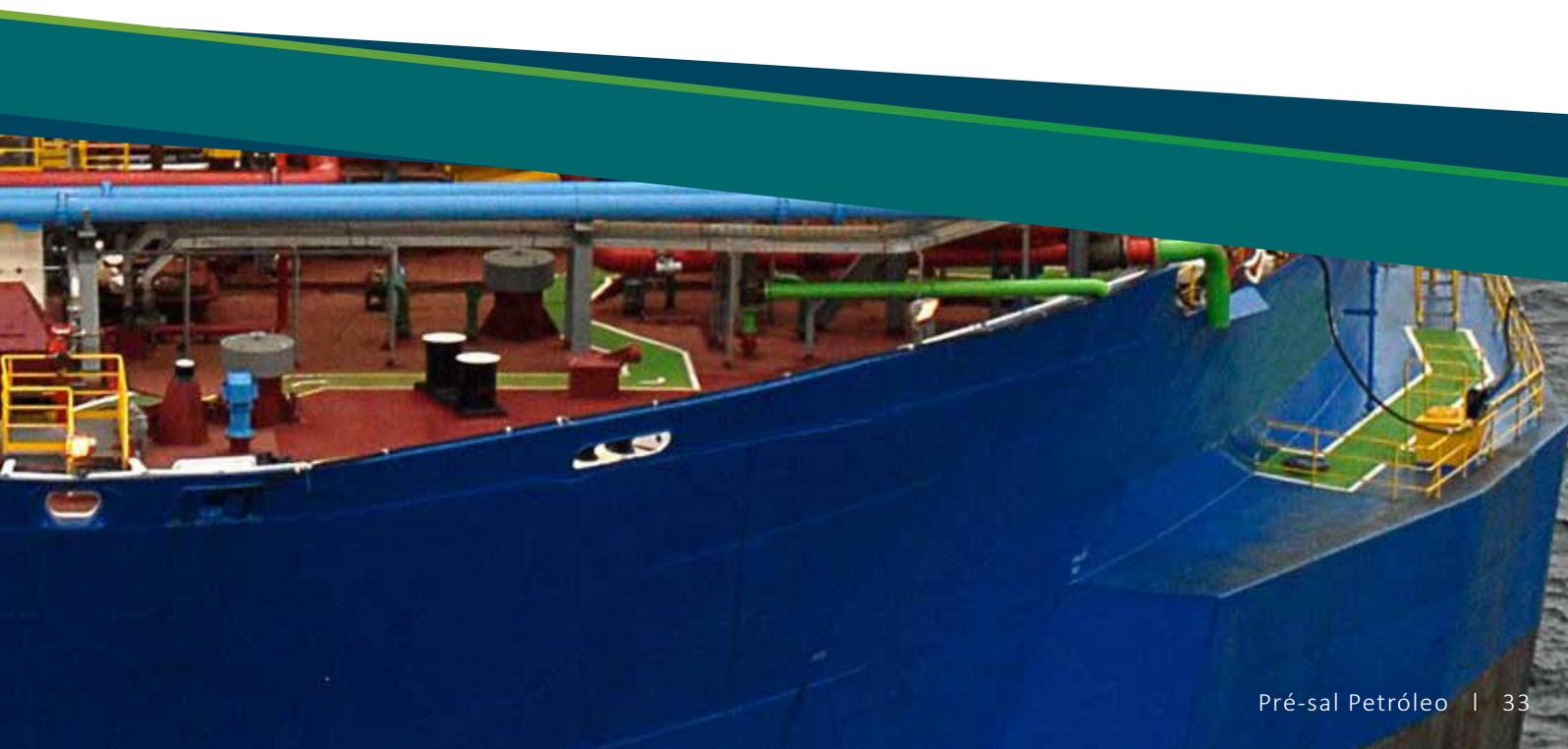
A estrutura corrente de governança corporativa da Pré-sal Petróleo é formada pelos Conselhos de Administração e Fiscal compostos, respectivamente, por cinco e três membros, possuindo o Conselho Fiscal três conselheiros suplentes. Os membros do Conselho de Administração, a exemplo dos diretores, atuam de forma colegiada, não têm função executiva na companhia, com exceção do Diretor-presidente, e são nomeados pela Presidência da República. Os conselheiros fiscais são nomeados pela Assembleia de Acionistas. Ambos os Conselhos organizam reuniões mensais, minimamente.

A Pré-sal Petróleo possui uma auditoria interna, com subordinação direta ao Conselho de Administração, cujo titular pertence aos quadros da Controladoria Geral da União (CGU), encontrando-se cedido à Pré-sal Petróleo para o exercício da função gerencial. Cabe à auditoria interna a elaboração dos planos anuais de auditoria interna e o respectivo acompanhamento, a avaliação dos processos da organização, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e a eficiência dos controles internos e conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas e recomendações emanadas dos órgãos de controle do poder público.

A Pré-sal Petróleo tem suas demonstrações contábeis e notas explicativas anuais submetidas ao exame de auditoria independente com emissão de parecer, prática adotada desde o início da Companhia. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade.

Paralelamente aos seus encargos como empresa pública, a Pré-sal Petróleo se pauta pela lei das sociedades por ações, atuando em consonância no que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de praxe nas Assembleias Gerais. O capital social da empresa é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Além da governança interna, a companhia atua fortemente na governança do Consórcio de Libra, pela liderança que exerce no cumprimento do Contrato de Partilha da Produção, em nome da União.



PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Entre as deliberações do Conselho de Administração no ano de 2016 podem ser destacadas:

No âmbito da gestão, foi aprovada a contratação de serviços de consultoria para o desenvolvimento do sistema de gestão da Pré-sal Petróleo, pelo mapeamento dos macroprocessos das atividades finalísticas, etapa preliminar do desenvolvimento;

Foram aprovadas as bases do Acordo de Individualização da Produção de Sapinhoá;

Quanto aos orçamentos da empresa, realizou-se o acompanhamento mensal do plano de atividades da empresa, que expressa, em bases mensais, os usos e as fontes de recursos;

Nos aspectos societários, foram aprovadas as demonstrações financeiras auditadas e o relatório anual de atividades do exercício social de 2015, visando à deliberação do acionista em Assembleia Geral Ordinária;

Foram aprovadas as bases para elaboração do pré-AIP relativo à extensão da jazida de Libra para área não contratada, instrumento no qual a Pré-sal Petróleo representa a União;

Aprovou-se o Código de Ética e Conduta;

Decidiu-se pela retomada do processo de seleção de pessoal por tempo determinado;

Como uma evolução do Termo de Gestão, que se encontrava em revisão, foi aprovado o Plano Estratégico para o triênio 2017-2019.

PARTICIPAÇÃO EXTERNA

A Pré-sal Petróleo tem participado de eventos da indústria do petróleo e de outras partes interessadas, realizando palestras e marcando presença para mostrar o papel que desempenha para a sociedade e para o funcionamento do regime de partilha.

15 MARÇO

Pré-sal Petróleo's Roles and Activities in the Brazilian Pre-salt, promovido pela Associação Internacional de Empreiteiras de Perfuração (IADC).

15 MARÇO

O Potencial Petrolífero do Pré-sal Brasileiro, realizado na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

06 MAIO

Perspectivas do Pré-sal e a Crise do Petróleo, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

10 MAIO

Medium to Long-term Perspectives of the Brazilian Pre-Salt, na *3rd Argus Rio Crude Conference*.

24 JUNHO

Gás Natural do Pré-sal: Volumes Esperados, Viabilidade Técnico-Econômica e Modelos de Comercialização, na *Gas Summit Latin America 2016*.

27 JUNHO

Pré-sal: Desafios e Oportunidades e o Papel da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), VI Seminário PetroTIC-Assespro-RJ.

05 JULHO

Cenários e Tendências para o setor no Contexto Global, promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF).

27 JULHO

Perspectivas do Gás Natural do Pré-sal Brasileiro, 17º Seminário Sobre Gás Natural, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

19 AGOSTO

Palestra sobre o Pré-sal na Universidade Federal de Campinas (UNICAMP).

13 SETEMBRO

5ª Conferência de Energia e Recursos Naturais, promovida pela KPMG.

19 OUTUBRO

A mudança da regra de exploração do Pré-sal e as perspectivas para a Indústria, promovido pela AMCHAM-RJ.

07 NOVEMBRO

Palestra sobre a Pré-sal Petróleo e a importância do Pré-sal, na Universidade Federal de Rio Claro –SP.

Houve também a participação da Pré-sal Petróleo em eventos de relevância para as atividades-fim, entre as quais:

21 SETEMBRO

Evento de apresentação do novo plano de negócios da Petrobras.

27 SETEMBRO

SPE Annual Technical Conference and Exhibition, em Dubai.

07 OUTUBRO

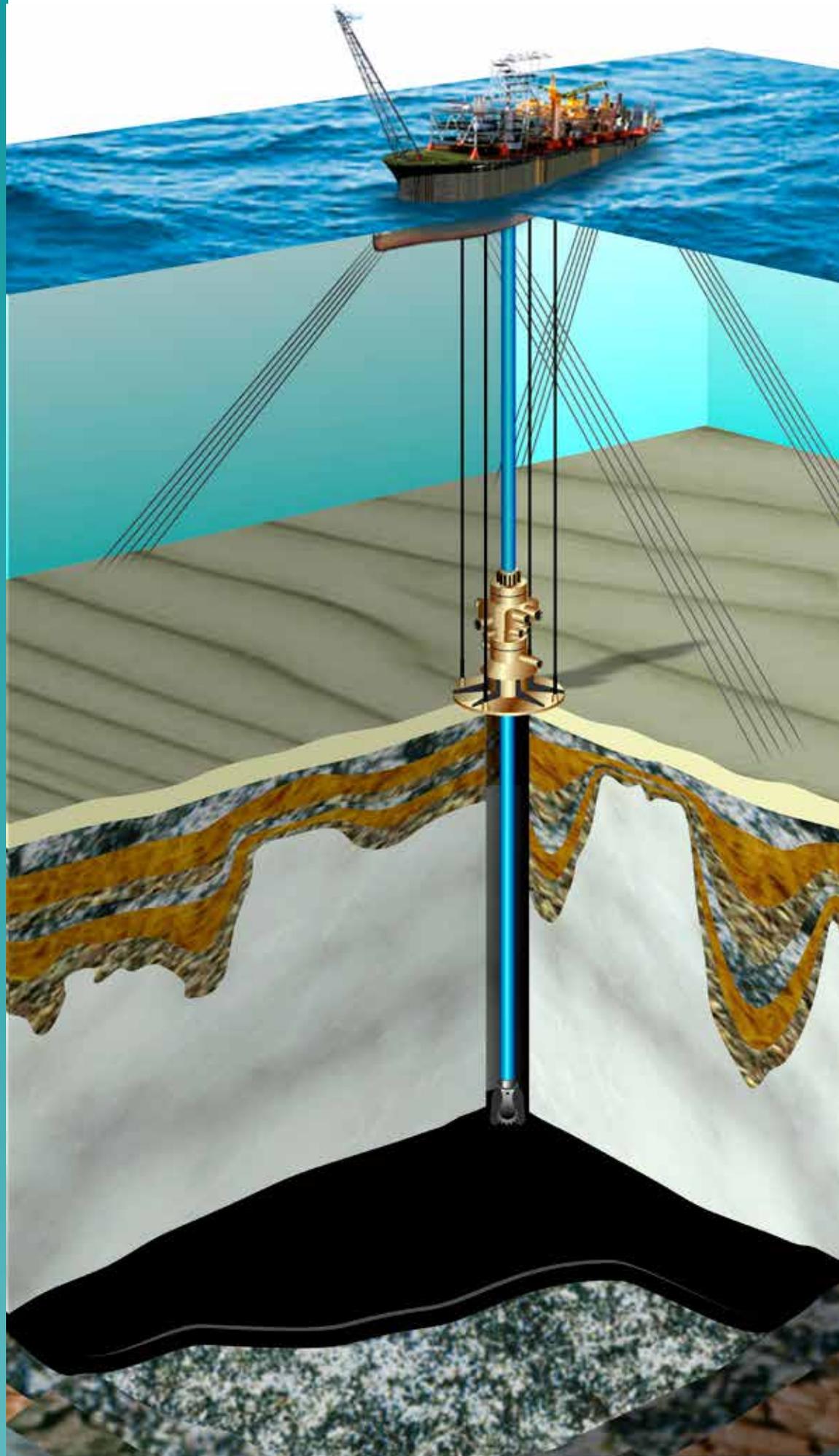
Participação em banca na defesa da tese “Desenvolvimento de um campo petrolífero em diferentes condições fiscais: análise do caso brasileiro – PUC-RJ”.

27 OUTUBRO

Condução do painel sobre o Projeto Libra na *Rio Oil & Gas 2016*.

Os membros da Diretoria Executiva participaram em Conselhos e Comitês:

- Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Firjan: participação de Oswaldo Pedrosa Jr., então diretor-presidente;
- Conselho Consultivo de Finanças do IBP e Comitê Organizador da *Rio Oil & Gas Conference 2016* (IBP): participação de Antônio Claudio Pereira da Silva, então diretor de Administração, Controle e Finanças.



05

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício social de 2016, a Pré-sal Petróleo auferiu receita operacional líquida na ordem de R\$ 38,7 milhões, resultando na apuração de um lucro líquido em suas operações de R\$ 5,7 milhões, correspondente a uma margem de 15% da receita operacional líquida, tendo obtido R\$ 3 milhões em receitas financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

R\$ 5,7
MILHÕES

RECEITAS FINANCEIRAS

R\$ 3
MILHÕES

15%

Margem da receita
operacional líquida

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

Do total de R\$ 50 milhões subscrito pelo acionista controlador em 2013, ainda restam R\$ 12 milhões a integralizar, tendo o acionista controlador integralizado R\$ 3 milhões no exercício corrente.

R\$ 35
MILHÕES



Foram recebidos
no triênio
2013/2014/2015



R\$ 3
MILHÕES

Integralizado pelo
acionista controlador
em 2016

R\$ 50
MILHÕES

Subscrito pelo acionista
controlador em 2013

R\$ 38
MILHÕES

Capital social
subscrito e
integralizado, até
dezembro 2016



R\$ 12
MILHÕES

Restam a integralizar



CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos dos serviços prestados e as despesas operacionais totalizaram R\$ 33,2 milhões, representando um incremento de 7% quando comparado ao exercício de 2015. Deste total, 70% corresponde a despesas de pessoal e encargos.

R\$ 33,2 MILHÕES

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DE 2016

Do Programa de Dispêndios Globais de 2016, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30/12/2015, foram realizados 45% das fontes de recursos e 43% dos usos de recursos, perfazendo R\$ 51,2 milhões e R\$ 42,2 milhões, respectivamente.

45%

Realizados das fontes de recursos

Perfazendo

R\$ 51,2
MILHÕES

43%

Realizados dos usos de recursos

Perfazendo

R\$ 42,2
MILHÕES



Foto: Steferson Faria - Agência Petrobras

DIRETORIA EXECUTIVA



IBSEN FLORES LIMA

Diretor-Presidente

Graduado em Engenharia Mecânica pela UFRJ (1977), Administração de Empresas pela UFRJ (1989) e MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2000), atuou na Petrobras na área de produção de petróleo e gás por 37 anos, com ênfase em instalações de produção em campos de produção terrestres e marítimos nas bacias do Espírito Santo e Campos. Ocupou diversas posições gerenciais, incluindo o cargo de gerente geral de Instalações e Processos de Produção do E&P na sede da Petrobras de 2010 a 2015.



LEANDRO LEME JUNIOR

Diretor de Administração, Controle e Finanças

Engenheiro Civil pela USP, pós graduado em Engenharia de Petróleo pela Universidade Petrobras e MBA na Universidade de Toronto, Canadá. Tem mais de 35 anos de experiência em Engenharia de Petróleo nas áreas de perfuração e completação de poços, e na cadeia de suprimento e logística de E&P. Ocupou diversas posições gerenciais na Petrobras no Brasil e no exterior, dentre elas a Gerência de Contratação e Logística de Exploração e Produção da área internacional, abrangendo o Brasil e países da América do Sul e África, atuando sob o regime de contratos de concessão e partilha da produção. Foi coordenador do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo no Espírito Santo (PROMINP) e gerente executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde na OGX Petróleo e Gás.



PAULO MOREIRA DE CARVALHO

Diretor de Técnica e Fiscalização

Graduado em Engenharia Química pela UFRJ (1978), mestrado em Engenharia de Petróleo pela Unicamp (1993) e doutorado pela Universidade do Texas, EUA (1998). Possui mais de 35 anos de experiência na área de Engenharia de Petróleo, com ênfase em métodos de produção, elevação natural e artificial de petróleo. Foi gerente do ativo Akpo na Nigéria e diretor-geral da Petrobras Turquia (2006-2009). Também atuou como gerente geral de Tecnologia e de Logística para o pré-sal na Transpetro no período de 2009 a 2014. Em 2014, assumiu o cargo de Superintendente de Desenvolvimento e Produção na Pré-sal Petróleo.



HERCULES TADEU FERREIRA DA SILVA

Diretor de Gestão de Contratos

Graduado em Geologia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de Rio Claro, em 1979. Tem Ph.D. pela Universidade do Texas, EUA. Na Petrobras, foi gerente de Exploração no Espírito Santo (2000 a 2005) e diretor-geral da empresa em Angola e Turquia (2005 a 2011). Atuou como diretor de Desenvolvimento de Negócios e de Negócios Corporativos da PetroRecôncavo entre 2011 e 2014. Assumiu a Gerência Executiva de Contratos da Pré-sal Petróleo em maio de 2015, na gestão dos Acordos de Individualização da Produção. Foi vice-presidente do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).





Pré-sal
Petróleo

Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar – Centro
CEP: 20.090-003, Rio de Janeiro – RJ